ABRE aspas:

Pelo jeito, o tradicional atraso da agricultura do Rio de Janeiro, que obriga o estado a ser um grande importador de produtos agrícolas, está com os dias contados. O primeiro passo está sendo a criação de um Pólo de Fruticultura Irrigada nas regiões Norte e Noroeste. O projeto se casa com a visão do novo governador, Anthony Garotinho, que há anos bate na tecla de que não há estado forte sem interior forte. Para conhecer o programa em detalhes, nós conversamos com dois secretários estaduais: Tito Ryff, de Desenvolvimento e Turismo, que é economista da FGV, com especialização em agricultura e já foi secretário outras vezes, inclusive de Agricultura; e Luiz Rogério Magalhães, secretário de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior. Ele é zootecnista e exerceu, entre outros, os cargos de secretário de Agricultura de Campos e subsecretário de Agricultura do estado.

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

É tempo de frutas

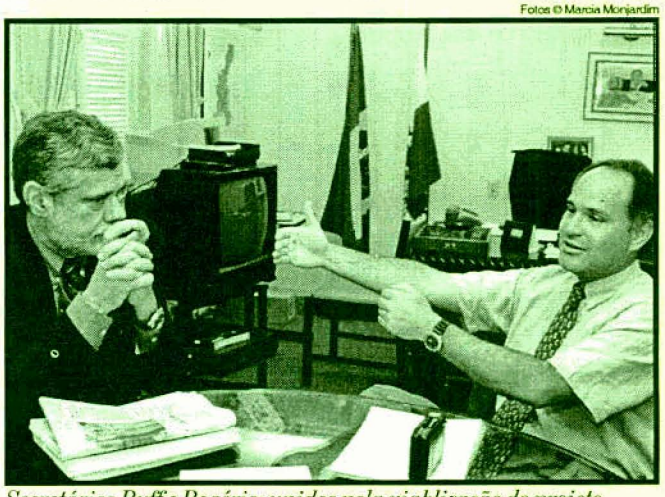
MÁRCIO BUENO

■ *Para iniciar, os senhores poderiam dar um panorama geral da situação da agricultura no Rio de Janeiro. Por exemplo, qual é a participação deste setor no PIB do estado?*

Tito Ryff — Até agora tem sido pequena. Há um número mágico, repetido freqüentemente, que fica em torno de 2%, mas recentemente eu vi um número até inferior a este – alguma coisa da ordem de 1,3%. É sabido, no entanto, que a atividade agrícola muitas vezes não é objeto de um levantamento preciso. Eu acredito que este número seja maior, embora o importante não seja a participação da agricultura no PIB e sim a sua capacidade de multiplicar renda, de se relacionar com outros setores da economia. No Brasil, por exemplo, calcula-se que a participação da agricultura no PIB seja de 10%, e no entanto a estimativa é de que a participação do chamado agribusiness seja da ordem de 35%. A agricultura alavanca 3,5 vezes a renda das atividades econômicas do que é produzido apenas com as lavouras. No caso do Rio de Janeiro, a agricultura é uma das atividades mais importantes para a interiorização do desenvolvimento econômico.

Luiz Rogério — Se for considerada apenas a atividade primária, em 1997 a agricultura movimentou no Rio de Janeiro cerca de R$1 bilhão, o que não chega a ser um valor expressivo, mas foi o suficiente para segurar 150 mil pessoas no campo. Comparando com o volume de recursos investidos pela Volkswagem em Resende, para gerar apenas cerca de 500 empregos, percebemos as vantagens apresentadas pela agricultura. O investimento no setor é uma questão estratégica, principalmente tendo em vista a concentração populacional excessiva na região metropolitana.

Fotos © Marcia Monjardim



Secretários Ryff e Rogério: unidos pela viablização do projeto

■ *Por que, dentro da agricultura, o governo do estado está concentrando esforços num pólo de fruticultura?*

Tito Ryff — Se, como disse o Luiz Rogério, a agricultura gera muito mais empregos por unidade de investimento, a fruticultura gera mais renda por unidade de terra utilizada, além de empregos com qualidade de remuneração melhor. Sem contar que é uma vocação do nosso estado. Para se ter uma idéia, só a região Norte do estado tem uma área disponível para a fruticultura de 220 mil hectares, enquanto o Chile tem uma área total plantada de pouco mais de 180 mil hectares. E o Chile exporta anualmente US$ 1,4 bilhão em frutas, contra apenas pouco mais de US$100 milhões de todo o Brasil.

■ *A topografia do estado do Rio é um fator limitante ao crescimento da agricultura?*

Luiz Rogério — Sem dúvida, além da topografia, temos as reservas ambientais, já que boa parte da Mata Atlântica se localiza em nos-

so estado. Apesar disso, temos mais áreas agricultáveis, temos mais potencial para o desenvolvimento da agricultura do que estados como São Paulo e Paraná, que já estão bastante saturados.

Tito Ryff — E a potencialidade de crescimento não é apenas em termos da expansão física da produção, mas também expansão em termos de valor, de produzir uma agricultura que tenha um valor comercial mais elevado.

■ *A criação do Pólo de Fruticultura significa a reconversão de áreas de cultivo da cana-de-açúcar?*

Luiz Rogério — A questão da substituição está colocada pela questão estrutural da própria cana-de-açúcar. Hoje, a produtividade média da cana produzida em nosso estado é de 44 toneladas por hectare, enquanto em outros lugares já atinge cerca de 120 toneladas. As indústrias se endividaram investindo nas indústrias, deixando de lado o setor agrícola, e acabaram criando uma grande ociosidade do parque, com um custo muito alto, o que levou às falências. Agora, o setor açucareiro está voltando ao tamanho com que deve e pode funcionar. As indústrias contam com 60 a 70 por cento de cana própria, o que deixou inúmeros produtores sem alternativa econômica.

■ *São pequenas e médias propriedades?*

Luiz Rogério — Sim, e a fruticultura, para o perfil fundiário da região, aparece como a alternativa mais viável. Boa parte dos produtores saiu da cana e, por falta de alternativa, transformou as terras em pastagens, com um baixo índice de aproveitamento. Não há dúvida de que o Pólo se trata de uma reconversão, embora não seja uma reconversão total.

■ *Qual será o destino da produção, mercado externo ou mercado interno?*

Luiz Rogério — Primeiro tem que ser o interno, principalmente porque o estado do Rio de Janeiro é um grande consumidor de frutas. O mercado externo fica para uma segunda etapa – é preciso antes adquirir *know how*. Uma das barreiras que mais dificultam as exportações é a questão do controle fitossanitário. Nós também não temos tradição na produção de mudas de qualidade e é preciso adquirir conhecimento nesta área, absorvendo as técnicas mais avançadas existentes hoje. Finalmente, o nosso produtor tem que adquirir esta cultura de comercializar, que é uma arte em si só.

Podemos afirmar que a fruticultura sempre gera mais renda por unidade de terra utilizada, além de empregos com qualidade de remuneração melhor. Sem contar que é uma vocação do nosso estado.



■ *Quais são as vantagens comparativas do nosso estado?*

Luiz Rogério — Bem, o Rio de Janeiro produz em pequena escala, mas é um grande consumidor de frutas, o que vai facilitar em muito a comercialização no estado. As distâncias internas, que são pequenas, permitem que se tenham frutas de maturação bem próxima do momento da comercialização. Em outros estados, as frutas têm que ser transportadas em estágio anterior ao amadurecimento para que não se estraguem antes de chegar ao destino. O Pólo do Nordeste visa aos mercados do Sul e Sudeste. As frutas produzidas no Vale do São Francisco têm que ser transportadas de caminhão por 800 quilômetros até o porto e depois serem embarcadas para outra longa viagem. Além do encarecimento, do problema do ponto de amadurecimento, há os danos provocados pelo transporte.

■ *A comercialização vai ser do fruto* in natura, *da polpa ou de produtos industrializados?*

Luiz Rogério — Ela vai se dar de todas as formas. Para o final de janeiro, está programado um encontro a ser realizado em Campos, com todos os prefeitos e secretários da região, para apresentar o projeto da primeira planta industrial, que vai absorver a produção de uma área de 2 mil hectares. A metade é do próprio investidor e o restante ele pretende que seja a participação de produtores locais. É claro que da mesma plantação, há uma seleção do fruto que vai para a produção da polpa e do que vai para a venda *in natura*, que é necessariamente o de melhor qualidade.

Tito Ryff — Há o mercado para o processamento industrial e há o mercado mais sofisticado de exportação de produtos *in natura*, que pede um tratamento pós-colheita extremamente exigente para que a aparência da fruta seja impecável, incluindo aí a embalagem. Não é só o controle fitossanitário que influencia na comercialização. O tratamento do produto requer muita mão-de-obra e, em vários casos, exige mão-de-obra feminina. A maçã e a uva, por exemplo, são processadas de maneiras diferentes. A maçã pode ser selecionada, lavada e encerada mecanicamente, enquanto a uva de qualidade é selecionada, cortada e os cachos são embalados basicamente por meio de mão-de-obra feminina. Há vários mercados e os do exterior são certamente muito exigentes e é preciso conhecer os meandros da comercialização. Num primeiro momento, para comercializar, o Chile contou com a experiência de empresas multinacionais que investiram na produção. Os produtores nacionais, através de cooperativas, tiveram acesso ao mercado externo depois de adquirirem *know how* com as empresas estrangeiras. A grande vantagem do mercado internacional é que oferece preços melhores e permite comercializar frutas num momento em que as condições climáticas na Europa e nos Estados Unidos exigem o consumo de frutas tropicais, que é o que mais cresce no mundo. O mercado está em plena expansão, com um crescimento da ordem de 10% ao ano. Apesar disso, a primeira etapa deve ser o atendimento do mercado interno, de acesso muito mais fácil, sem as inúmeras barreiras colocadas pelo comprador de fora. Entre estas barreiras, estão as comerciais, muitas vezes disfarçadas de exigências fitossanitárias.

■ *Quais serão os estímulos e incentivos aos produtores para que se viabilize o Pólo?*

Luiz Rogério — São várias iniciativas. Vamos retomar o sistema de crédito rural, a moeda verde, oferecer incentivos fiscais para a instalação de agroindústrias, criar unidades de produção de mudas, inicialmente trazendo empresários de outros estados, organizar um sistema eficiente de treinamento dos produtores e também criar uma linha de organização da produção, com a padronização das frutas de acordo com a qualidade. O produtor vai se cadastrar para ter uma orientação para criar um mercado separado de frutas. Ele vai ser orientado e monitorado em todas as fases do processo, desde o plantio até a colheita, de modo a que possa

receber um selo de qualidade, que vai credenciá-lo a ter acesso a um mercado cativo. Com este selo, ele vai poder, por exemplo, tornar-se fornecedor do projeto Nossa Merenda, que prevê cardápios regionais para as escolas. Vamos promover também, em acordo com a Associação de Supermercados, espaços específicos nos estabelecimentos, para a comercialização destes produtos com selos.

■ *O senhor falou na criação de uma linha de financiamento, na retomada da moeda verde. Como isto será feito? Nas outras experiências, o governo do estado viabilizava o financiamento por meio do Banerj, mas o banco foi privatizado.*

Luiz Rogério — A idéia inicial é criar uma carteira de financiamento no Banco do Brasil, por meio da qual seria retomada a moeda verde. O governador já deixou claro que vai ficar com as contas do estado o banco que oferecer as melhores condições para os agricultores. Em princípio será o Banco do Brasil por ser o que tem mais tradição de trabalhar com esta área.

Tito Ryff — É evidente que o Banco do Brasil tem melhores condições que qualquer outro de ser o gestor de uma carteira de financiamento agrícola. Foi o maior banco agrícola do mundo em determinado momento, é o maior banco agrícola do país, disparadamente, acumulou um *know how* expressivo e além disso é o que tem maior capilaridade. Certamente será o parceiro ideal neste processo. Eu acho que a questão da moeda verde é fundamental. O Luiz Rogério fez um levantamento recentemente sobre os resultados do programa e constatou que foram extremamente positivos. O atendimento das necessidades de financiamento foi perfeito na ocasião, o índice de inadimplência esteve baixo, enfim, foi uma experiência que merece ser repetida e ampliada daqui pra frente, porque pode se transformar num instrumento para alavancar o processo de desenvolvimento da agricultura no estado do Rio de Janeiro.

■ *O projeto prevê a irrigação das áreas de cultivo?*

Luiz Rogério — Quando falamos em crédito, estamos falando nos investimentos necessários também para a irrigação.

Tito Ryff — A fruticultura irrigada permite dosar a quantidade de água necessária para o desenvolvimento adequado da planta. Em geral, as áreas de fruticultura mais desenvolvida, como, por exemplo, no Nordeste, são aquelas em que há um déficit hídrico natural, havendo a necessidade de suprir esta insuficiência de forma artificial por meio da irrigação.



Vamos retomar a idéia da moeda verde, oferecer incentivos fiscais para agroindústrias, criar unidades de produção de mudas e organizar um sistema eficiente de treinamento de produtores.

■ *A irrigação permite também aumentar o número de safras por ano?*

Tito Ryff — Em geral não porque os ciclos das frutas são muito bem determinados. O que nós precisamos é dosar o cultivo de frutas de ciclo mais longo com as frutas de ciclo mais curto. Estas permitem um retorno mais rápido, atraindo principalmente os pequenos produtores. O abacaxi e o maracujá são algumas das frutas tipicamente de retorno rápido. É claro que as de maturação mais longa, as perenes, como a maçã e a pêra, também são importantes dentro do nosso projeto. O estado do Rio tem uma vocação também para a fruticultura de clima semitemperado, principalmente nas regiões serranas. A idéia da fruticultura não se limita às regiões Norte e Noroeste, abrangendo diversas regiões com suas características e vocações específicas.

Luiz Rogério — A questão da fruticultura começou em nosso estado um pouco à revelia das políticas públicas. Há uns dez anos, alguns técnicos da Secretaria de Agricultura, mas não necessariamente em função de política da Secretaria, começaram a trabalhar projetos de fruticultura. Na época, as dificuldades eram a falta de conhecimento do assunto, por ser uma coisa nova, e a falta de mudas. Existiam algumas iniciativas individuais, pontuais. Em São Francisco de Itabapoana, por exemplo, já havia o cultivo de maracujá, e lá começamos a trabalhar a questão da produção de mudas. Hoje, o Rio de Janeiro é um dos estados que produzem as mudas de melhor qualidade de todo o país, justamente porque os produtores foram treinados. E tudo isso foi lastreado pelo programa de crédito, que permitiu muitos investimentos nessa área. Pode-se dizer que estas iniciativas foram as pioneiras no esforço pelo desenvolvimento da fruticultura. Até 94, nós tivemos uma política ativa de estímulo à fruticultura, que foi abandonada no período subsequente, mas as sementes já estavam plantadas. Os produtores já tinham maturidade para sobreviver a isso e as unidades foram de certa forma preservadas. Houve um crescimento mais lento, mas continuado, principalmente porque é uma vocação natural do estado. Hoje, além do maracujá, o estado é um bom produtor, entre outras, de mudas de goiaba, de abacaxi e de coco. A idéia da fruticultura, que foi plantada naquela época, está dando frutos hoje e se prepara para dar um grande salto, principalmente porque os próprios empresários já constataram as potencialidades do setor.

■ *Qual é a estrutura empresarial imaginada para o projeto, quer dizer, os agentes da produção serão pequenos produtores e médios produtores ou grandes empresas rurais ou agricultores cooperativados, enfim...*

Tito Ryff — Vamos falar primeiro sobre as dificuldades que existiam antes, como é o caso da falta de mudas de qualidade. Os agricultores compravam mudas de vendedores que passavam de caminhão na estrada, não havia a preocupação com a qualidade do produto. Outra dificuldade era a falta de conhecimento técnico, isto é, havia a boa vontade da Emater, havia iniciativas de adquirir conhecimento por conta própria, mas não havia uma busca sistemática de conhecimento por parte da assistência técnica e extensão rural e por parte da pesquisa, problema hoje sanado. Em terceiro lugar, há a questão da organização de produtores e aqui nós passamos a responder à pergunta formulada. Foi feito um esforço no sentido de disseminar o interesse pela fruticultura entre pequenos agricultores com capacidade até certo ponto limitada de investimento, com poucos recursos financeiros próprios. Embora tenha havido uma disseminação, não foi o suficiente para a criação de uma massa crítica de produção. Um dos problemas estruturais no estado é a falta de associações, de cooperativas de produtores bem estruturadas. Quem for desenvolver um projeto de fruticultura em

estados como o Paraná, Santa Catarina, São Paulo, vai encontrar agentes de produção organizados em torno de associações e cooperativas que podem fazer com que o programa deslanche com bastante rapidez. Aqui no Rio há uma certa dificuldade em relação à organização de produtores. Neste sentido, o ideal é que venha um empreendimento de grande porte, de investidores que se interessem pelo setor e, num efeito demonstração, produzam por conta própria, digamos, a metade do que é necessário para a transformação industrial e ao mesmo tempo ajudem a organizar os agricultores para que produzam o restante da matéria-prima. A partir daí, vai acontecer um salto de qualidade porque haverá massa crítica suficiente para o desenvolvimento do projeto. E já há um empresário, Renato Abreu, que vai começar um empreendimento nestes moldes, no município de São Fidélis.

Luiz Rogério — É, em março ele já inicia a construção do projeto industrial, que vai contar com uma área própria para a fruticultura de mil hectares. Eu tenho alguns dados que ilustram bem como o setor vem se desenvolvendo no estado: em 95, a produção de coco verde foi de quase 17.800 mil toneladas, em 96 subiu para 21.800, e em 97, para 28.700 toneladas. Ou seja, houve um crescimento de mais de 60% em apenas dois anos. A produção de abacaxi foi de 20 mil toneladas em 95, subiu para 30 mil no ano seguinte e em 97 chegou a 35 mil, ou seja, um aumento de 75% em dois anos. São crescimentos fantásticos da fruticultura em nosso estado, o que mostra como é correta a política de se potencializar uma vocação natural.

Tito Ryff — Um outro exemplo interessante. Nós estimulamos a produção de shitake, um cogumelo japonês, na região Serrana, onde havia apenas um ou outro produtor. Atualmente, o número de produtores é enorme e a produção cresceu tanto que estão até exportando o pó de shitake para o Japão. O produto tem propriedades medicinais, ajudando a reduzir o colesterol e por isso tem grande valor comercial.

Luiz Rogério — Esse é o resultado prático quando se estimula os setores que apresentam potencial de crescimento. Não é aquela coisa que é necessário carregar a vida inteira.

■ *O projeto prevê o aporte de recursos externos?*

Luiz Rogério — A idéia é ter o BNDES como parceiro, mas acho que o Tito pode falar melhor sobre isso...

Tito Ryff — O BNDES certamente vai ser um parceiro importante neste processo, na captação de recursos de financiamento, mas é interessante também captar investimentos do setor privado. Numa segunda etapa, se pensarmos já na fruticultura de exportação, precisamos ter acesso aos canais de distribuição. Como empresas internacionais são especializadas nesta área, dominando os mecanismos de comercialização de produtos da fruticultura com o exterior, é preciso que elas estejam presentes neste programa.

■ *Os senhores prevêem a concessão de incentivos fiscais como forma de atrair os investidores?*

Tito Ryff — O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado já prevê incentivos aos investimentos agroindustriais no estado. O incentivo mais importante é a conversão de parcela expressiva do ICMS devido em financiamento a juros de apenas 6% ao ano. Quando a empresa começa a funcionar, até 75% do valor devido de ICMS são devolvidos em forma de empréstimo. O estado retém apenas 25% do imposto. Isto possibilita a formação de um capital de giro extremamente importante, principalmente agora que os juros para capital de giro estão na faixa de 60 a 70% ao ano. Além disso, a Codim – Companhia de Desenvolvimento Industrial – está articulada com as prefeituras e muitas delas oferecem terrenos a preços bastante atraentes, além de concederem isenções do IPTU por um longo período. As empresas têm também a opção de se instalar no distrito industrial da Codim, com uma série de vantagens.

■ *A área do projeto se situa nas regiões Norte e Noroeste?*

Luiz Rogério — Este projeto especificamente visa às regiões Norte e Noroeste, mas a fruticultura como um todo não se restringe a estas áreas – a Baixada Litorânea já é uma grande produtora de coco. Queremos também retomar o trabalho iniciado em 94 em relação à produção de caju, que se estende pela faixa de restinga, desde São Francisco do Itabapoana até Maricá. Este projeto da Firjan em parceria com o governo estadual é para as regiões Norte e Noroeste, mas os instrumentos de política de crédito, de incentivos, de produção de mudas, serão para todas as regiões do estado.

Tito Ryff — Vamos incentivar também a produção de frutas típicas de clima semitemperado, desenvolvendo pequenos pólos de produção, por exemplo, de morango na região Serrana.

■ *E o pólo de citricultura já existente na região de Itaboraí e Rio Bonito, também vai ser incentivado?*

Luiz Rogério — Bem, com a laranja acontece a situação inversa. Há uma forte pressão da área de turismo invadindo a área tradicional de produção da laranja e eu acho que o golpe de morte foi dado pela Via Lagos, cortando a região produtora e causando diversos tipos de problemas, inclusive roubos. Além disso, a nossa citricultura evoluiu pouco por falta de uma política de renovação, o que se reflete na qualidade do fruto. Atualmente, se nós temos vantagens comparativas em relação a maracujá, abacaxi, coco, goiaba, nós não temos em relação à citricultura instalada no estado. É por isso que, a pedido dos produtores, nós estamos elaborando um programa de revitalização da citricultura, que deve implicar até o deslocamento da área, já que a área tradicional está aos poucos se inviabilizando, com muitas fazendas sendo loteadas em terrenos e sítios.

■ *Qual é o desenho institucional do projeto, quer dizer, que órgãos – das áreas privada, federal, estadual e municipais – serão envolvidos no esforço de viabilização do Pólo de Fruticultura?*

Luiz Rogério — Bem, a questão da fruticultura começou já há algum tempo, quando se tomaram as primeiras medidas de apoio e estímulo ao setor. Podemos dizer que o nosso esforço foi reconhecido pelo empresariado que, através da Firjan, está apontando na direção da criação do Pólo de Fruticultura. A Firjan se tornou, portanto, parceira neste programa, ao qual vêm se somando iniciativas isoladas. As prefeituras vão ser muito importantes nesta articulação – elas estão próximas do produtor, muitas têm secretarias de Agricultura razoavelmente aparelhadas e dispõem de equipamentos. A integração de órgãos municipais, estaduais e federais vai ser muito importante para o produtor, que verá todas as esferas da administração apontando num só sentido... Não dá mais para pensar um projeto desta magnitude sem uma grande integração das administrações públicas de todos os níveis e da iniciativa privada.

Márcio Bueno é jornalista. Participaram da entrevista: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Eliana Leite.